

POLÍTICA

HAROLDO HOLLANDA

O Congresso em estado de choque

O Congresso permanece em estado de choque e dele não conseguiu sair, desde que foi instituída a CPI dos escândalos no orçamento. O sentimento de perplexidade é maior porque as lideranças partidárias mais importantes não conseguem influir no rumo dos acontecimentos, que se desenrolam independente da vontade ou do poder de articulação de qualquer grupo político. Retratando esse clima o deputado baiano Luiz Eduardo Magalhães, líder do PFL, dizia ontem que já tentou inutilmente, por várias vezes, vislumbrar os acontecimentos no "day after" da CPI, mas nada consegue enxergar. Um jornalista pediu ao deputado Miro Teixeira, político tarimbado do PDT, que lhe desse sua visão do que vai suceder ou está sucedendo na política brasileira.

— Em que mês? — respondeu Miro, entre enigmático e irônico.

Ninguém se arrisca a fazer

um prognóstico. Um importante político julga que as cassações de mandatos na Câmara, em decorrência da CPI, irão ocorrer com uma rapidez que ainda não sabe como se fará, mas que certamente fugirá ao processo tradicional. Um outro parlamentar, inquieto, relata recente conversa que teve com o diretor do Ibope, Carlos Alberto Montenegro, que o advertiu, com base naturalmente em pesquisas, que ou o Congresso cassa o mandato de 20 a 30 parlamentares ou então quem estará cassado será o Congresso. Seria este o sentimento das ruas, atesta o senador Lavoisier Maia, do PDT. Hoje, as previsões mais realistas indicam que a renovação do Congresso, nas próximas eleições, poderá alcançar 80% das suas cadeiras, mas se for demorado o processo de cassação como muitos estimam, a renovação corre o risco de chegar a índices próximos dos 90%, um verdadeiro terremoto.

A opinião de Bicudo

O deputado paulista Hélio Bicudo, do PT, muito respeitado na Câmara pelos seus conhecimentos jurídicos, é da opinião de que a CPI do Orçamento, estaria ouvindo desnecessariamente parlamentares contra os quais conseguiu reunir provas documentais de que feriram o decoro parlamentar e que por conseguinte estão sujeitos à perda do mandato. Nesse caso, entende Bicudo, o direito de defesa a cada um deles deveria ser oferecido não na CPI, uma perda inútil de tempo, mas na Comissão de Justiça ou no plenário da Câmara. O ponto de vista do parlamentar do PT começa a encontrar eco no Congresso entre importantes lideranças.

A proposta de cassação a conta gotas foi simplesmente sepultada pelo deputado Roberto Magalhães, relator da CPI do Orçamento. Seu argumento é o de que a CPI, se adotasse tal procedimento nas cassações, passaria a ser objeto de pressões de toda natureza. Convém lembrar episódio histórico pela sua oportunidade. Em 64, vitoriosos os militares e iniciado o processo de cassação de mandatos parlamentares, o presidente Castello Branco logo manifestou o seu desejo de encerrá-lo o mais rapidamente possível. Alegou Castello que havia nas imediações do governo ou dentro dele dois grupos antagônicos: um exigindo determinadas cassações e outro contrário.